RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 27 de Novembro de 2026

Operação Compliance Zero: vantagens indevidas investigadas contra senador Wagner

PF aponta apartamento de luxo, ingressos, viagens e repasses ligados a esquema bilionário do Banco Master

A Polícia Federal identificou uma série de benefícios não declarados que teriam sido oferecidos ao senador Jaques Wagner (PT-BA) em contrapartida a atuações políticas no Congresso Nacional, dentro do contexto de um grande esquema de fraudes e corrupção associado ao Banco Master. Essas investigações fundamentaram a decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, que autorizou a 9ª fase da Operação Compliance Zero, iniciada nesta quinta-feira (18).

Os investigadores destacam como foco central desta etapa a proximidade entre o parlamentar e o ex-banqueiro Augusto Lima, proprietário do Banco Pleno e aliado estratégico de Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master e atualmente preso. De acordo com a documentação policial, a relação entre ambos seria antiga, próxima e marcada por confiança mútua elevada, criando oportunidades para tratativas sigilosas em prol dos interesses financeiros privados do Master.

Em entrevista à BandNews, o senador negou qualquer vínculo com Vorcaro e explicou que o dinheiro capturado pela corporação decorre de diárias oficiais do Senado por viagens internacionais. Ele também mencionou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o contatou para expressar solidariedade após a operação.

Imóvel residencial de alto padrão

Conforme apontado pela investigação policial, a aquisição de um apartamento de luxo em Salvador foi realizada pela empresa Epítome S.A., utilizando recursos provenientes de fundos vinculados ao Master. Wagner teria fornecido dados do empreendimento a Lima, que subsequentemente acionou Valério Marega Júnior para coordenar a operação de compra.

A documentação aponta que as negociações relativas à aquisição prolongaram-se além da primeira fase da Operação Compliance Zero, continuando com encontros e circulação de projetos contratuais. O edifício em questão destina-se a um público de alta renda e encontra-se em fase de construção, com previsão de conclusão para setembro de 2026.

Ingressos para show de Taylor Swift

Conforme as investigações, foram adquiridos ingressos para a apresentação realizada em 25 de novembro de 2023, quando a artista se apresentou em São Paulo como parte da turnê "The Eras Tour", cuja procura foi intensa no Brasil. Os bilhetes foram comprados sob orientação de Augusto Ferreira Lima, profissional ligado ao Banco Master, ao custo de R$ 63.339.

A corporação afirma que os ingressos destinavam-se a parentes do parlamentar, contudo não especificou se o próprio Wagner compareceu ao evento. A decisão judicial também faz menção a uma apresentação em Los Angeles, realizada em agosto de 2023, sem deixar evidente se ingressos foram obtidos para aquela localidade.

Valores em moeda estrangeira apreendidos

Durante a operação desta quinta, a Polícia Federal apreendeu US$ 49 mil em espécie (equivalente a aproximadamente R$ 250 mil na cotação do dia) em um imóvel em Brasília ligado ao parlamentar. Wagner afirmou que o dinheiro provém de diárias oficiais fornecidas pelo Senado para deslocamentos internacionais que realiza em sua função legislativa.

O senador petista declarou ter recebido aproximadamente US$ 70 mil em diárias desde 2019, afirmando também que em outras ocasiões realizou compras de moeda estrangeira pelo Banco do Brasil. "Eu não tenho nada a ocultar", declarou Wagner em entrevista à emissora.

Empresa intermediária e transferências de recursos

Conforme a decisão do magistrado do STF, os R$ 3,5 milhões não foram transferidos diretamente ao senador. Esse montante resultou de uma transferência bancária efetuada pela firma "PKL One Participações S.A", administrada por Andréa Lima Novaes (parente de Augusto Lima) e vinculada ao conglomerado do Banco Master/Credcesta, para a "BN Financeira Ltda.", organização associada ao núcleo familiar do parlamentar.

Em comunicação encontrada no dispositivo móvel de Augusto Lima, o genro de Wagner, Eduardo Mendonça Sodré Martins, teria solicitado o pagamento de valores pendentes: "Amanhã vencem os boletos e são altos", afirmou. Em resposta, Augusto indicou que o quadro estava "crítico" e atribuiu a dificuldade financeira ao insucesso da negociação entre o Banco Master e o BRB.

Conforme registra a documentação, em 17 de outubro de 2025, a transferência foi concretizada no montante de R$ 3.500.000,00 para a BN Financeira LTDA., realizada pela PKL One Participações S.A., firma associada ao patrimônio de Augusto. A corporação policial observa que a BN Financeira foi constituída como "microempresa, com patrimônio reduzido e aparente reduzida capacidade operacional", porém teria recebido importâncias substanciais no escopo de presumidos acordos com o Banco Master ou empresas associadas.

No tocante a Augusto Lima, os investigadores ressaltam seu "papel operacional relevante" e afirmam que desempenhou a função de "intermediário de comunicação" com Wagner acerca de questões de relevância para o Master. Quanto aos instrumentos de contato entre os suspeitos, a corporação identifica o recurso a chamadas telefônicas, mensagens transitórias e comunicações de baixa rastreabilidade, aspectos que, na perspectiva dos investigadores, "reforçam, em avaliação preliminar, o risco de destruição ou dissimulação de evidências".

Deslocamento para Ilha da Paixão

De acordo com a corporação, Augusto Ferreira disponibilizou uma aeronave de sua propriedade ao parlamentar Jaques Wagner para um deslocamento à Ilha da Paixão. Conforme a investigação, mensagens de áudio extraídas do celular de Augusto indicam que ambos combinaram um encontro na localidade entre 11 e 13 de outubro de 2023.

Segundo a documentação dos autos, a aeronave foi colocada à disposição para transportar o legislador e sua família entre Salvador e a região, sendo a ilha identificada nos registros como pertencente a Augusto Lima. Para permitir o deslocamento, o empresário transmitiu ao senador a identificação da aeronave e o horário estimado para a decolagem. A Ilha da Paixão, posicionada em Candeias dentro da Região Metropolitana de

Salvador, é designada pela corporação como propriedade do profissional financeiro.

Foco da investigação policial

A corporação investiga se o parlamentar exerceu influência diretamente em favorecimento de empreendimentos de interesse do conglomerado financeiro. Entre as ações citadas constam a denominada "Emenda Master" e uma proposta de lei que procurava ampliar o limite de crédito consignado, segmento no qual o grupo de Vorcaro e Lima possui expressiva presença por intermédio do Credcesta.

O Credcesta representa um cartão de vantagens consignado disponibilizado a funcionários públicos, aposentados e beneficiários de pensão, em que as parcelas são automaticamente subtraídas do contracheque. Informações financeiras do Master demonstram que, em 2024, a comercialização das operações de empréstimo consignado ao Credcesta proporcionou maior receita ao banco do que os juros cobrados dos servidores nessas mesmas operações.

A investigação identifica três pontos principais que o senador teria discutido com Augusto Lima: a ampliação da margem consignável dos ganhos disponibilizados aos trabalhadores sob a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), bem como aposentados e pensionistas do Sistema Geral de Previdência Social (RGPS), além de permissão para empréstimos a beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e programas federais de assistência; a aprovação da PEC nº65/2023, com efeitos sobre o patamar de proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC); e atuação legislativa voltada à supervisão da potencial aquisição do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB).

A Emenda nº 11 à PEC 65/2023, popularmente denominada "Emenda Master", encaminhada pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI) e alvo de investigação pela corporação, almejava transformações no funcionamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), dispositivo que protege correntistas e investidores na eventualidade de colapso de instituições creditícias.

Contexto da Operação Compliance Zero

A Operação Compliance Zero constitui uma investigação da corporação federal que busca apurar um alegado plano de fraudes monetárias envolvendo o Banco Master e seu mandatário, Daniel Vorcaro. A fase inicial foi deflagrada em novembro de 2025, subsequentemente a evidências de que a instituição emitiu títulos de investimento sem proteções financeiras apropriadas, visando conquistar clientes com garantias de ganhos acima da média setorial. Naquela oportunidade, Vorcaro foi detido, e a corporação quantificou uma possível perda de até R$ 12 bilhões.

Ao longo das etapas subsequentes, a investigação foi ampliada para incluir suspeitas de ocultação de patrimônio, desfalecimento de oponentes, espionagem, abuso de informações restritas e irregularidades administrativas. A corporação igualmente investiga contribuições bilionárias efetuadas pelo Banco de Brasília (BRB) no Master e presumidas transferências a personagens políticos.

Nas fases mais recentes, a operação atingiu pessoas da família de Vorcaro, aliados e agentes governamentais. Dentre os investigados encontram-se o senador Ciro Nogueira (PP-PI), alvo de investigação por presumidos pagamentos conectados aos interesses da instituição, e o chief executive do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), no contexto da apuração sobre investimentos dos recursos do Rioprevidência em fundos relacionados ao Master. Todos os investigados recusam qualquer conduta imprópria.